

Território e desenvolvimento turísticos: possíveis contribuições de um mosaico de Unidades de Conservação

Territory and tourism development: possible contributions of a mosaic of Protected Areas

Rodrigo Burkowski, Ana Alice Vilas Boas

RESUMO

O conselho consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu foi criado em 2009 para ser um espaço de integração entre os sujeitos interessados no desenvolvimento das Unidades de Conservação que o compõem. Esta instância visa unir esforços e dinamizar a gestão integrada de áreas protegidas. O trabalho apresenta os resultados de dois anos de criação do Mosaico Veredas-Peruaçu, localizado na região noroeste de Minas Gerais, e sua relação com o desenvolvimento da atividade Turística neste território. Por meio de análise de conteúdo das Atas, observação participante e entrevista semiestruturada, discute-se, a luz do paradigma da dádiva, o funcionamento do conselho, os principais projetos aprovados e os vínculos. Os dados obtidos apontam que o conselho cumpre suas obrigações e que os projetos de Turismo de Base Local e de Desenvolvimento do Extrativismo, aprovados pelo conselho, são de grande valia para o desenvolvimento da região.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Local; Dádiva; Democracia.

ABSTRACT

The consultative council of the Mosaico Veredas-Peruaçu was created in 2009 to be an integration area between subjects interested in the development of its protected areas. This council aims to unite efforts and boost the integrated management of protected areas. This paper presents the results of two initial years of creation of the Mosaico Veredas-Peruaçu, located in northwestern region of Minas Gerais and its relationship to the development of tourism in the protected areas. Through content analysis of the minutes, participant observation and semi-structured interview, we discuss, at the light of the gift paradigm, the council functioning, the major approved projects and its links. The data obtained indicate that it fulfills its obligations and that the Local Base Tourism projects and Extraction Development, approved by the council, are of great value for the development of the region.

KEYWORDS: Social Tourism; Gift; Democracy.

Considerações Iniciais

A proliferação de fórum, conselhos e demais espaços para inserção da sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas é uma característica da redemocratização do Estado brasileiro. No caso do Meio Ambiente, além dos direitos garantidos na Constituição Federal, têm-se uma diversidade de decretos e leis que buscam garantir uma melhor relação entre sociedade e meio ambiente. Dentre estas a Lei 9.985/00, estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este instrumento permitiu uma maior participação da sociedade civil não só na gestão das Unidades de Conservação, mas no próprio processo de criação das mesmas. Para Costa e Cunha (2010) essa garantia legal representa uma vertente institucionalista de participação, cujo funcionamento independe da cultura política dominante, pois as instituições acabariam, mediante cuidadoso acompanhamento, avaliação e, se necessário, reformulações, garantindo a prática da cidadania ativa.

A temática da participação social na questão ambiental encontra-se bastante discutida na academia (NEIMAN; CARDOSO-LEITE; PODADERA, 2009, FADINI; FERMINO; HOEFEL; SUAREZ, 2010). Todavia, os trabalhos tendem a analisar esta participação dentro de um contexto individualista, focando a racionalidade instrumental dos cidadãos. Entende-se como válida essa forma de compreensão da realidade, mas acredita-se que o paradigma da Dádiva oferece novas possibilidades ontológicas e epistemológicas de compreensão da ação do cidadão nos conselhos consultivos/ deliberativos das Unidades de Conservação.

O paradigma da Dádiva, como escolha metodológica nas ciências sociais, emerge em um contexto que necessita de novos olhares para compreensão da ação humana. Apresentando-se como um novo paradigma, essa forma de captar o vínculo social, abre caminho para sua aplicação como uma lente, que permite ao pesquisador desvelar razões que outras abordagens, como as teorias de escolhas racionais, são incapazes de perceber e aceitar.

O trabalho, ao analisar a formalização e funcionamento Conselho Consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu (CCMVCP), objetiva desvelar elementos simbólicos que circulam nessa esfera pública. No caso, tendo a “palavra” como meio de interação entre os membros do conselho, buscou-se evidenciar sua importância na formação e reconstrução do vínculo social e seus desdobramentos no desenvolvimento da região, em especial aos projetos de Ecoturismo.

A Dádiva

Marcel Mauss afirma que as sociedades progrediram na medida em que elas próprias, os seus subgrupos e, enfim, os seus indivíduos, souberam estabilizar as suas relações, dar, receber e finalmente retribuir (MAUSS, 2003). Essa obrigação tripartite é a base para explicar a teoria da dádiva. O “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss é considerado por muitos pesquisadores (CAILLÉ, 1998; MARTINS, 2008; GODBOUT, 1998) como a base teórica da dádiva que se baseia no princípio de Dar, Receber e

Retribuir. Essa Tríplice obrigação foi extraída da observação de fenômenos sociais e dos rituais coletivos de trocas que ocorriam em sociedades tradicionais.

Em linhas gerais, é possível inferir que as ciências sociais, no geral, e Turismo (ciências sociais aplicadas) no particular, habituaram-se a interpretar a história e o jogo social como resultado das estratégias de atores racionais que procuram maximizar a satisfação dos seus interesses materiais. Para Godbout (1992), essa visão utilitarista e de certa forma otimista, dificilmente evoca o lado negativo, complementar a esse entendimento que reduz tudo à procura de poder. O autor expõe que existiriam dois grandes sistemas de ação social: *“o sistema de mercado, em que se confrontam e harmonizam os interesses individuais, e o sistema político, estruturado pelo monopólio do poder legítimo”* (GODBOUT, 1992, p.24).

Dessa maneira, com o advento da modernidade, a valorização do individualismo e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos laços primários, ter-se-ia uma sociedade desligada das obrigações impostas por esses, reduzindo a percepção de uma responsabilidade coletiva. A estrutura sócio-política legitimaria então o agir estratégico, desvinculando as ações individuais dos resultados coletivos. Para Godbout (1992), é possível afirmar que nenhuma sociedade pode funcionar sob o mero registro da sociabilidade secundária nem pode dissolver o sistema de dom no do mercado e do Estado, a menos que mergulhe no despotismo que Tocqueville temia ver despontar no horizonte da democracia (TOCQUEVILLE, 1998)

O Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), fortalecido pelos trabalhos de Caillé (1998 e 2002) e Godbout (1998), defende a ideia de que o sistema do dom não é arbitrário e que se abre a diversas racionalidades, entre elas, a do interesse instrumental. Essa defesa é importante, pois paira sobre a Teoria Social certo reducionismo econômico e a supremacia de certas teorias individualistas que ignoram o sistema de dádiva como uma categoria sociológica. Caillé (2002) os classifica como utilitaristas, contratualistas, instrumentalistas e que, nas Ciências Sociais, inspiram o individualismo metodológico, a teoria da ação racional, a teoria dos jogos, entre outros. Para Martins (2008), muitos esforços dos estudiosos sobre o Dom, ao menos nos anos 1980, foram direcionados para provar que a ação social não se reduz apenas ao interesse material, havendo também o interesse pelo poder, pelo prestígio e pelos bens simbólicos em geral (SERVA, 1993; CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2008; VIZEU, 2009).

A Dádiva é explicada por meio de uma amálgama de relações entre a obrigação, a liberdade, o interesse e o desinteresse. Essas categorias tendem a serem antagônicas e polarizadas, mas é justamente esse conflito entre obrigações coletivas e liberdade individual, entre o interesse individualista e a preocupação com a coletividade (desinteresse), que fazem do paradigma da Dádiva um referencial interessante para analisar as atividades de um conselho, em especial a formação dos vínculos.

Num sentido prático, a dádiva é toda circulação de bens ou serviços que se dá sem a garantia de um retorno e que é feita em nome do vínculo social. Ela pode ser entendida como um elemento organizador da convivência e da coesão social, pois pode selar as alianças e a paz, ou a violência e a guerra, de acordo com os conteúdos que transmita, dado o seu caráter de reciprocidade implícito, mas passível de rompimento em decorrência da incerteza estrutural (MARTINS, 2005).

No que se refere aos bens que circulam, percebem-se dois elementos centrais para essa compreensão que são: as palavras e o compromisso firmado por meio dessa. Como evidenciado no corpo do trabalho, há uma indissociabilidade entre sujeito-objeto, pois a palavra pode ser considerada um dos bens mais valiosos do indivíduo, estando eternamente vinculada a quem a proferiu. Caillé (2002) comenta que grande parte de nossas trocas de palavras cotidianas consistem em dons rituais de pequenos presentes verbais anódinos e perfeitamente padronizados. O bom dia, boa tarde, como vai?, saúde!, são simples reciprocidades que não criam dívidas já que são retribuídos instantaneamente. E a questão temporal é algo de grande relevância para a compreensão da Dádiva.

Para além das trocas meramente formais (e quase obrigatória de palavras), vislumbra-se a possibilidade dessas ações serem, em essência, a manifestação da Dádiva em espaços públicos institucionalizados. Mauss (2003), Caillé (2002), Lana (2000), Godbout (1992) não fizeram suas análises com base nestes espaços, mas apontam que sendo esta um dos bens mais preciosos nas sociedades arcaicas, a circulação da palavra permite estabelecer relações de aliança e de afinidades, ou seja, a diversas formas de apropriação da linguagem podem conduzir e evidenciar a Dádiva em diversos espaços. Godbout (1992) expõe que a melhor forma de perceber a importância do Dom na modernidade é uma reflexão sobre o estatuto e a função da palavra no processo de circulação do mesmo. Ele afirma que *“para ilustrar a importância do dom, demos exemplos de trocas de bens e serviços. Mas são palavras, frases e discursos que o ser humano produz e troca em primeiro lugar com os outros”* (GODBOUT, 1992, p.21).

A criação de áreas protegidas pode ser explicada, de acordo com Alier (2008), por três correntes ambientalistas. Essas correntes divergem em vários aspectos, sendo a presença humana um dos principais pontos de controvérsia. A primeira, denominada de culto à vida silvestre, preocupa-se com a manutenção da natureza intocada, sem a presença humana. A segunda é denominada ecoeficiência e não só aceita o ser humano, como entende que ele é de vital importância para a conservação da natureza. E a terceira, denominada de ecologismo dos pobres, discute a distribuição injusta dos impactos negativos da exploração de recursos da biodiversidade e, também, o papel das minorias neste contexto.

Em termos de sociologia da Dádiva, pode-se delinear que a primeira corrente não aceita a formação de vínculos, negando à humanidade como um todo e aos povos que habitam esse território há séculos, o direito de usufruírem dos recursos que nele existem. A segunda e a terceira por sua vez, reforçam a necessidade da criação e manutenção dos vínculos para a conservação da biodiversidade. Esses vínculos são entre os seres humanos que residem em áreas protegidas, no seu entorno ou que têm preocupação

com a criação e manutenção das mesmas. Dessa preocupação ou necessidade podem surgir associações, OSCIP's, ONG's, fóruns, entre outras formas de mobilização para defesa de determinado interesse, no caso a conservação das áreas protegidas. Esses vínculos são demonstrados pela valorização e respeito à natureza, com a doação de recursos (tempo, dinheiro, palavras) que visam reforçar a importância das áreas preservadas para o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Gestão de Unidades de Conservação

Para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estas áreas são o *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”* (SNUC, 2000).

De acordo com o este instrumento, existem dois grandes tipos de unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Uso Sustentável são obrigadas a constituírem conselhos consultivos ou deliberativos, ao passo que as Unidades de Proteção Integral devem, obrigatoriamente, por força do artigo 29 do SNUC, dispor de um Conselho Consultivo. Dessa forma, o conselho gestor é parte integrante da estrutura burocrática de gestão de Unidades de Conservação, permitindo, níveis diferenciados de intervenção da sociedade.

SANTOS (2008) entende que esse grau de participação pode ser medido pelo grau de controle da sociedade sobre as decisões que pode tomar em parceria com o Estado na gestão de qualquer bem ou atividade coletiva (poder para tomar decisões ou direito de criar ou regulamentar direitos) e pelo grau de importância e relevância dessas decisões das quais a comunidade pode participar. Essas decisões podem consistir na simples emissão de uma opinião ou recomendação, como também pode chegar a definir normas regulamentares e planos, programas, projetos e ações prioritários.

Os conselhos gestores de unidades de conservação são, portanto, um desses instrumentos jurídico-administrativos utilizados pelo Estado para permitir a participação popular nos processos de gestão de áreas protegidas. Trata-se de órgãos públicos, vinculados ao órgão ou entidade ambiental do Estado responsável pela administração desses territórios.

Como forma de integração das Unidades de Conservação criou-se a figura do Mosaico que visa a integração de áreas contínuas de preservação, que é o objeto de estudo deste artigo.

O mosaico

A possibilidade de gestão integrada das Unidades de Conservação já era previsto desde a criação do SNUC. De acordo com essa lei *“quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou*

não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (SNUC, cap. IV art. 26). No caso brasileiro identificam-se pelo menos três formas de gestão integrada e participativa: Reserva da biosfera, corredores ecológicos e mosaicos de áreas protegidas. Mais recente têm-se os Geoparques, que apesar de ainda não constar no SNUC, é um modelo de gestão profundamente descentralizado e participativo.

Pinheiro (2010) reconhece que nessa visão de gestão ambiental territorial, às áreas protegidas são percebidas como indutoras de um processo de desenvolvimento de determinada região e a partir dela se desenham diferentes formas de gestão territorial. No caso dos corredores, as áreas protegidas são a premissa do estabelecimento de conectividade para possibilitar o fluxo genético entre populações isoladas pelo território alterado e degradado pelo homem, ao seu redor. Nas reservas da biosfera, as áreas protegidas compõem as zonas núcleo e de amortecimento de um território maior, definido pelo seu potencial de conservação e desenvolvimento.

A regulamentação da adoção do modelo de Mosaico veio com o decreto nº 4.340/2002, que definiu as competências deste modelo de gestão integrada. Dessa forma, as competências deste conselho não são conflitantes com as competências estabelecidas para os conselhos gestores das Unidades, evitando assim uma sobreposição de espaços decisórios/consultivos.

De acordo com Pinheiro (2010) existem 20 mosaicos reconhecidos no Brasil. O primeiro foi criado em 2002 (Mosaico Tucuruí-PA) e o mais recente o Mosaico Carioca (RJ) de 2011. Existem também 21 pedidos de reconhecimento. No banco de Teses da Capes foram identificados 57 trabalhos, cuja palavra-chave é “mosaico de áreas protegidas”. O trabalho mais antigo data de 1997 e é da área de agronomia, Kimura (1997). Percebe-se uma crescente no interesse sobre Mosaico, visto ser a gestão integrada uma opção feita por diversos países para proteção de áreas naturais, tais como os Bosques Modelos no Canadá, Chile, Bolívia. No caso no Mosaico Veredas-Peruaçu foi identificado o trabalho de Saraiva (2008) que discutiu justamente a gestão neste mosaico. O Mosaico investigado neste trabalho perfaz uma área total de mais que 1.800.000 há (Figura 1).

Localiza-se na margem esquerda do rio São Francisco, Macrorregião Noroeste de Minas, e abrange as seguintes unidades de Proteção Integral: Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, Parque Estadual da Mata Seca, Parque Estadual da Serra das Araras, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Refúgio Estadual de Vida Silvestre do Pandeiros. As de Uso Sustentável são: APA Federal do Peruaçu, APA Estadual de Pandeiros, APA Estadual do Cochá e Gibão, RPPN Fazenda Ressaca, RPPN Veredas do Acari, RPPN Arara Vermelha, RPPN Porto Cajueiro, Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari e Reserva Indígena Xakriabá. Como destaca Pinheiro

a um critério determinado *a priori*. Esse critério era o de participar do conselho do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari. As reuniões aconteceram nas cidades de Januária, Arinos e Chapada Gaúcha. As entrevistas aconteceram nos locais de trabalho dos entrevistados ou local escolhido por eles. Para interação com os sujeitos, foi adotada a entrevista não-estruturada, que é aquela em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir a resposta. Estabelecemos com o entrevistado uma conversa mediada por um roteiro, em que se formula uma pergunta mais geral, deixando que ele encaminhe a resposta e o encorajamos nos desdobramentos da questão. As perguntas centrais focaram as dimensões da Dádiva (Dar, Receber e Retribuir) no contexto da participação no desenvolvimento das atividades do Mosaico. Para a análise dessas entrevistas utilizou-se a técnica de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

No caso da análise das atas, todas as 10 atas foram analisadas. Como método adotou-se a análise de conteúdo que segundo Bardin (1979), visa descrever o conteúdo das mensagens produzidas pelos sujeitos investigados, por meio de “indicadores (quantitativos ou não)” que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

O conselho do Mosaico

O Conselho do Mosaico Veredas-Peruaçu é fruto do projeto “Gestão Integrada do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu”, desenvolvido pela FUNATURA e seus parceiros. O referido Projeto tem como objetivos: a implementação do Conselho do Mosaico, a capacitação de Conselheiros e dos Gerentes das unidades de conservação, a divulgação através da mídia impressa das ações desenvolvidas no âmbito do Mosaico decorrentes do Plano de DTBC, assim como a realização de um estudo para a criação e implementação do “Fundo do Mosaico”, para o financiamento das ações previstas no plano. De acordo com o Relatório de Cumprimento de Objeto Parcial (FUNATURA, 2008) a Funatura apresentou em 11/05/2005, aos potenciais parceiros do mosaico sua intenção de elaborar um projeto que pudesse atender ao Edital FNMA 01/05 – Chamada II. Com a aprovação do projeto e a disponibilização dos recursos, foi marcada a primeira reunião do conselho, sendo realizada em paralelo ao V Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, em 04/08/2006 na cidade de Chapada Gaúcha (MG). Este é um dos principais eventos anuais que acontece na cidade. A escolha recaiu sobre esse evento, por ser ele um grande mobilizador de instituições e comunidades tradicionais da região, e que tem como um de seus objetivos, o debate sobre o desenvolvimento sustentável na região do mosaico (FUNATURA, 2008).

Na primeira reunião estiveram presentes 29 entidades e na segunda, realizada em 31/08/2006, na cidade de Januária, estiveram presente 40 entidades. Esse crescimento demonstra o aumento do interesse pelas possíveis ações do conselho. Deste grupo, do qual se esperava indicar “os atores mais qualificados e sinceramente identificados com as propostas do projeto” (FUNATURA, 2008, p.4) foram selecionadas as seguintes

entidades: IBAMA, IEF, Instituto Neo Brasil, Instituto Biotrópicos, FUNATURA, COOP Sertão Veredas, Pref. Cônego Marinho, Pref. Itacarambi, Pref. Chapada Gaúcha, Pref. Januária, Cáritas, CEIVA, CEFET e Reserva Xakriabá.

É interessante ressaltar que por “orientação dos próprios participantes, o conselho deveria contar com um número não muito grande de instituições, já que a perspectiva de um conselho mais “ enxuto ” poderia dar mais operacionalidade ao monitoramento das metas e atividades do projeto.”(FUNATURA, 2008, p.4)

Dentre as dificuldades para plena execução do projeto a FUNATURA aponta para a quebra de paradigmas em relação à gestão integrada de território. “*A experiência demonstrou que os entes que hoje se debruçam sobre a tarefa de promover o desenvolvimento na região do Mosaico SVP, ainda estão fortemente relacionados a um processo de gestão que compõe a linha demarcatória dos onze municípios existentes*” (FUNATURA, 2008, p.14). Com isso, deve-se investir tempo e recursos, com a ocupação de todos os espaços possíveis (audiências públicas, eventos de caráter oficial, encontros, seminários e outras formas de mobilização) para divulgar o conceito de gestão integrada e a importância da existência de diferentes categorias de Unidades de Conservação no território.

Ao todo, até 31/12/2012, foram realizadas onze reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico Veredas-Peruaçu, com participação média de 24 membros em cada reunião. Tal fato demonstra que o órgão tem se mantido ativo desde sua criação e por isso este tipo de gestão integrada deve ser mais estudado para avaliar o nível de participação das entidades envolvidas. Com este estudo específico, busca-se apreender ações que evidencie a manifestação da dádiva no mosaico de Unidades de Conservação.

Os projetos do Mosaico

A formalização da gestão compartilhada de áreas protegidas, produz diversos ganhos para as Unidades de Conservação que a compõem. Dentre estes, têm-se o acesso a novas linhas de financiamento e recursos para o desenvolvimento de atividades e projetos. Como exemplo, para o caso analisado, cita-se os recursos para o combate à incêndios (prevê-fogo) e o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Neste estudo, apresenta-se dois projetos cujos recursos são oriundos deste fundo e buscou-se evidenciar o papel do CCMVP neste processo.

Como destaca o Ministério do Meio Ambiente, o referido plano, a ser implementado, é produto de um dos projetos financiados pelo FNMA no âmbito do Edital 01/2005 “Mosaico de áreas protegidas: uma estratégia de Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista”, sendo o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu o único que já alcançou o reconhecimento institucional, etapa possibilitada por meio da Portaria Ministerial 12/2009 (MMA, 2010).

A FUNATURA atua a mais de 20 anos na região e o “Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista” é seu principal

projeto na região. O projeto cuja duração inicial prevista é de 5 anos, busca promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Seus objetivos específicos são: Promover a gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu; Promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação; Promover o desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região, de forma a valorizar as tradições culturais e as riquezas naturais.

Conforme relatou o secretário executivo, inicialmente, a FUNATURA iria apresentar ao Fundo Nacional do Meio Ambiente o projeto para a implementação das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (PDTBC) do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Este fundo teria recursos provenientes do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal.

Colocou que trata-se de um Termo de Referência que tem por base as atividades voltadas para o extrativismo vegetal sustentável e o turismo ecocultural do Plano de DTBC do Mosaico, que foi construído de forma participativa. As atividades previstas são as descritas no Plano, com exceção das partes voltadas para a estrada-parque e para os planos diretores municipais, tendo em vista que a CAIXA possui outra linha de financiamento para esta finalidade (Ata nº 3).

Todavia, por questões legais e técnicas, o projeto foi desmembrado e duas entidades (Instituto Rosa e Sertão; Coopveredas) ficaram responsáveis pela elaboração e envio do projeto de Turismo de Base Local e Extrativismo, respectivamente. O peso do Mosaico se manifesta na fala da representante do FNMA, que alertou para o fato de que o “Mosaico deve ser visto como um território de forma integrada, por isso defende que a proposição por uma única entidade com parceiros. Mais importante que administrar os recursos é quem vai executar, ou seja, os parceiros”(Ata nº 3). Nessa reunião, os conselheiros deliberaram que os projetos a serem submetidos ao respectivo edital deveria ser aprovado pelo conselho, e que o conselho iria fiscalizar sua execução.

Projeto Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas

O Instituto Rosa e Sertão propôs e teve aceito o projeto “Turismo Ecocultural de Base Comunitária do Mosaico Sertão Veredas”. Como essa ação era prevista no Plano DTBC e existe uma sinergia entre a FUNATURA, CCMVP e IRS, algumas ações que seriam parte do plano DTBC, foram transferidas para este projeto. Como exemplo cita-se o Jornal do Cerrado. O

valor captado foi de 1.563.217,00 e o projeto está previsto para ser executado em 2 anos.

De acordo com o Instituto Rosa e Sertão (2013) o projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento do Turismo Ecocultural de Base Comunitária na região do Mosaico (Figura 2), de forma a valorizar as riquezas naturais e as tradições culturais e garantir a participação de diferentes atores considerando as relações de gênero, etnia e geração. Com isso, prevê-se a alternativa à geração de trabalho e renda a partir do diálogo com a conservação do bioma Cerrado. Pretende-se, também, potencializar suas ações por meio do trabalho coletivo com o projeto Extrativismo Sustentável, realizado pela Cooperativa Sertão Veredas, firmando a gestão integrada de duas vertentes de fomento: a geração de renda e valorização dos modos de vida tradicional e da biodiversidade.

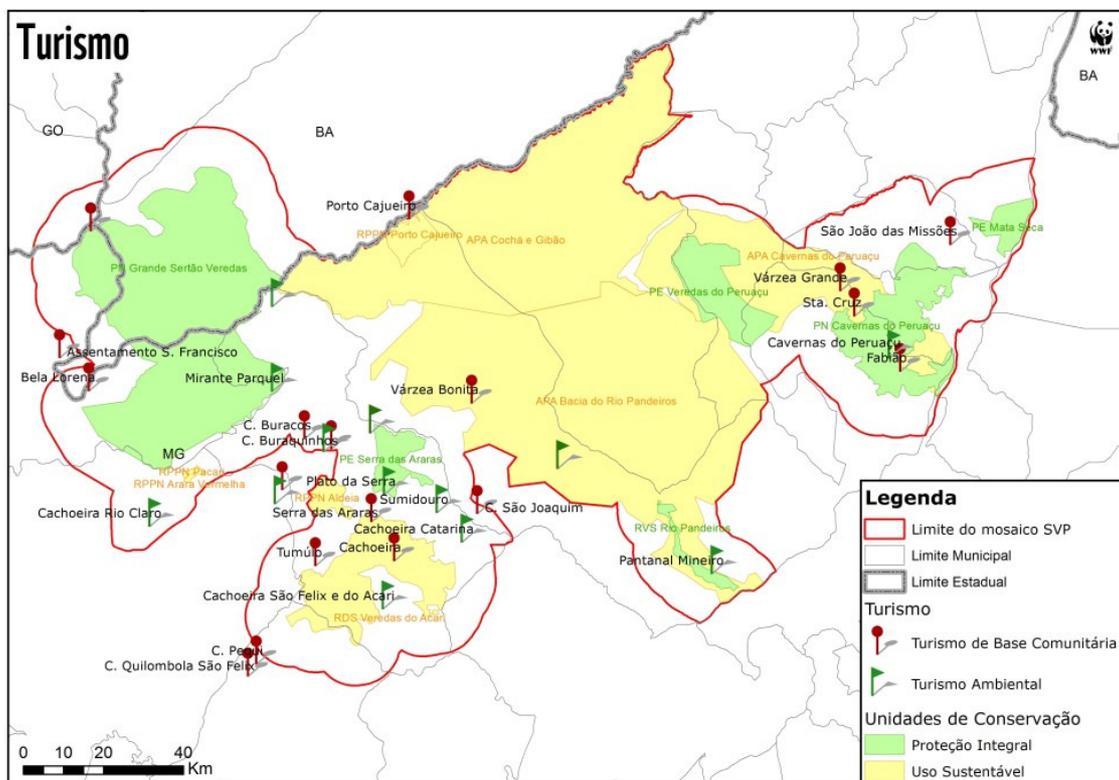


Figura 2: Mapa das atividades turísticas no mosaico. **Fonte:** FUNATURA (2012).
Figure 2: Map of tourist activities in the mosaic. **Source:** FUNATURA (2012).

As ações que são desenvolvidas visam cumprir as metas estabelecidas no termo de referência 01/2010 (MMA,2010), dentre elas a valorização da cultura tradicional e o fortalecimento da organização comunitária. Dentre as atividades já realizadas estão palestras, oficinas e atividades de mobilização comunitária. Essas atividades aconteceram em todo o território e são avaliadas de forma positiva pelos membros do conselho (Ata nº 8; Instituto Rosa e Sertão, 2013). Cabe destacar que na reunião CCMVP realizada em DATA a coordenadora do projeto apresentou um resumo da prestação de contas e se colocou a disposição para eventuais esclarecimentos.

Projeto de Extrativismo

A relação entre a criação de algumas ONG's e o projeto de criação do Mosaico é perceptível. Esse fato se explica pela articulação produzida pela FUNATURA com diversos atores locais e o crescente interesse do Ministério do Meio Ambiente pela preservação do Cerrado. No primeiro caso têm-se como exemplo a Cooperativa Sertão Veredas, o Instituto Rosa e Sertão, a Biotrópicos, que é uma entidade sem fins lucrativos, e possuem sede em Chapada Gaúcha- MG ou próxima a ela. No segundo caso têm-se a WWF como maior exemplo.

A Cooperativa Sertão Veredas representa produtores agrosilviextrativistas e agricultores familiares, sendo criada na primeira fase de PDTBC. Ela iniciou suas atividades em paralelo à criação da Unidade de Beneficiamento de Produtos do Cerrado e da Agricultura Familiar, abrangendo famílias de comunidades do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Esse projeto é apoiado pelo MMA e implantado pela FUNATURA nos anos 2003/2006.

Com os recursos do Fundo Socioambiental CAIXA a cooperativa pode contratar novos funcionários, monitores ambientais, comprar caminhonete, motos e outros equipamentos necessários à sua atividade. Esse projeto possui alguma relação com o projeto de Turismo de Base Comunitária, dentre eles a Educação Ambiental e o Fortalecimento da organização comunitária, como relatado na reunião realizada entre os dias 2 e 3 de julho de 2012, no qual foi relatado a formação de monitores ambientais em uma ação conjunta com o Rosa e Sertão, a elaboração de mapas de áreas com potencial de extrativismo nos três núcleos do Mosaico, para os quais estão estabelecendo uma parceria com o WWF. Além disso, começarão a trabalhar a questão da infraestrutura e a impressão de rótulos para os produtos da Cooperativa. Colocou, ainda, que a Coop Sertão Veredas está preparando a 1ª prestação de contas do projeto uma vez que já atingiu 50% de utilização do primeiro desembolso feito pela CAIXA. Até a última reunião de 2012 a Cooperativa Sertão Veredas não realizou esta primeira prestação de contas.

Projeto Arara Vermelha

A implantação e o desenvolvimento da atividade turística em uma região ao mesmo tempo em que possibilita a inserção dos moradores em uma nova atividade produtiva, permite que investidores de fora da localidade se apropriem dos equipamentos turísticos, reduzindo aos ganhos efetivos dos moradores da região. Oliveira (2011, p.188) ao discutir sobre esses impactos revela que

inúmeras outras localidades, em especial no litoral brasileiro, podem ser citadas como exemplos de fragilidade quanto ao desenvolvimento das políticas públicas de turismo, na qual não raramente os impactos negativos recaem sobre as comunidades nativas, enquanto que os impactos positivos podem ser observados sobre as comunidades de visitantes ou sobre os novos moradores,

que passam a se beneficiar das transformações urbanas e econômicas geradas pelo turismo.

Apesar disso, a literatura especializada da área aponta para importantes transformações nesta relação, levando à uma maior inserção dos moradores locais nos projetos de desenvolvimento da atividade turística. Fortunato e Silva (2013) ao investigar um dos casos de sucesso do Turismo de Base Comunitário brasileiro (Prainha do Canto Verde – CE) concluem que ao garantir mecanismos para que os sujeitos atuem como protagonistas da atividade durante todas as etapas, o turismo comunitário é capaz de proporcionar um compartilhamento mais justo dos benefícios gerados pelo aproveitamento das diversas práticas produtivas existentes em determinada localidade, e estimular o desenvolvimento local e a inclusão das comunidades através da participação democrática.

Na região do Mosaico a preocupação também é grande, pois como expressaram os conselheiros,

o conselheiro AE (...) disse que acredita que a gestão integrada entre as UCs do Mosaico com a participação das comunidades poderá facilitar a visitação. O conselheiro AF manifestou preocupação sobre a capacidade reduzida de pessoas da região investirem em pousadas, restaurantes, passeios etc, o que daria muito espaço para quem vem de fora dominar esse mercado na região (Ata nº 5).

Com o objetivo de fomentar as iniciativas já existentes na região do Mosaico, em especial as comunidades vizinhas ao Parque Estadual Serra das Araras, o Instituto Rosa e Sertão aprovou em 2009 o projeto “Arara Vermelha: das nascentes preservadas ao turismo de base comunitária”. As ações foram financiadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais em parceria com o IEF-MG. Cumpre lembrar que essa ação, apesar de não ter sido elaborada ou aprovada pelo CCMVP, contou com amplo apoio de seus participantes.

Para o Instituto Rosa e Sertão (2012) o Turismo de Base Comunitária parte da proposta de oferecer ao visitante o ambiente do modo de vida em comunidade, “ suas iniciativas são pautadas pelo valor à consciência ética, à sustentabilidade, à inclusão social de minorias e valorização identitária de culturas diferenciadas e modos de vida tradicionais”. Dessa forma, o projeto apoia-se em ações de sensibilização para a atividade turística, estruturação de roteiros e fornecimento de hospedagem, alimentação e guagem na região.

Inicialmente são ofertados 3 roteiros com distintos graus de dificuldade: Pousos e Prosa-Travessia Buracos-Buraquinhos (Grau médio de dificuldade); Pousos e Prosa-Buraquinho (Grau baixo de dificuldade); Pousos e Prosas-Arara Vermelha (Grau baixo de dificuldade). De acordo com Rosa e Sertão (2012) a área atingida pelo projeto tem como “fio condutor” o corredor que liga duas unidades de conservação. O corredor

Ecológico Vão dos Buracos liga o Parque Estadual Serra das Araras (11.137ha) e o Parque Nacional Grande Sertão-Veredas (231.000ha).

Projeto Estrada-Parque Guimaraes Rosa

No caso do Mosaico investigado a FUNATURA(2008) propõe, como elemento estruturador do projeto, a “Estrada-Parque Guimarães Rosa”(Figura 1). Para eles, a Estrada-Parque Guimarães Rosa poderá ser uma solução intermediária para a resolução dos problemas cotidianos e uma solução de ponta para as demandas do potencial da economia do turismo. Entende-se que este projeto possui um papel relevante para viabilizar os outros projetos apresentados. Todavia, como ressalta Soriano(2006) as estradas-parque, são sempre impactantes, embora possam trazer benefícios se manejadas corretamente, assim como qualquer outra área protegida, podem também servir de instrumento de manipulação por grupos de poder, privados ou do governo.

Dentre as finalidades da Estrada-Parque Guimarães Rosa ressalta-se: A composição e consolidação do patrimônio turístico do Sertão; O refreamento da degradação do ambiente do cerrado em determinados espaços; O escoamento da produção agrícola, pecuária, extrativista, e agroindustrial, reforçando as economias locais.

As manifestações da Dádiva

A Dádiva em um conselho gestor pode emergir em diversos momentos. Pode se manifestar no Dar, como registrado na fala do representante (Part. 5) “já vi beltrano tirar dinheiro do bolso para fazer o negócio acontecer” ou “a contribuição dos conselheiros é interessante. Apresenta soluções que sozinhos não víamos” (Part.13). Pode se manifestar no Receber, como mostra o DSC do Receber “Ser o titular ou o suplente não importa. O importante é saber que as atividades continuam e que quando eu não puder ir o outro irá. Ou vamos os dois!” (BURKOWSKI, 2013). Todavia existem autores que veem no retribuir o fundamento do Dom (CONSTANTINO, 2009; GODBOUT, 1992), pois entende-se que esta, ao constituir o fechamento do círculo, possui papel chave no processo.

Como aponta Godbout (1992), a retribuição é muitas vezes maior do que o próprio Dom. Todavia, a retribuição não é aquele tipo de mercantil, no qual se pode utilizar uma medida padrão para comparação. Como medir gratidão? Como mensurar reconhecimento? As escalas são incomensuráveis.

Para Derrida (1976 *apud* OLSON, 2002), a diferença entre o Dom e todas as outras de trocas é que no primeiro, o tempo é essencial. A dádiva consome o tempo em diversas formas, havendo intervalos, não calculados entre o Dar, o Receber e o Retribuir. Essa incerteza do ato é, juntamente com algumas outras características, o que torna a Dádiva diferente de uma mera troca. À essa questão temporal, soma-se a questão do valor do bem a ser retribuído. Neste caso um valor moral, que não é medido pelo preço de

mercado, mas, sim, pela perda subjetiva do doador. Como se observa na obrigação de Dar, o retribuir que, na essência, é um novo-Dar.

Bourdier (1996) aponta que, assim como o sentido da honra, essa disposição se adquire pela educação expressa, ou pela participação precoce e prolongada em universos onde ela é a lei indiscutível das práticas. Para quem é dotado de disposições ajustadas à lógica da economia dos bens simbólicos, o comportamento generoso não é o resultado de uma escolha ditada pela liberdade, de uma decisão livre efetuada após uma deliberação que contém a possibilidade de agir de outra forma. Nesse caminho, apresenta-se a análise das quatro dimensões da Dádiva no Retribuir do CCMVP.

No que se refere à Obrigação, o ponto de Ancoragem foi o Repasse das informações, pois como registrado pelo participante 5 *“É interessante que quando vou às comunidades, pergunto se sabem do conselho, e vários falam que sim, que estão sabendo o que está acontecendo.”*

O Discurso do Sujeito Coletivo aponta que *“Ser o representante de uma comunidade ou de uma organização no conselho é muita responsabilidade. Tenho o compromisso de estar presente, de me interar. É claro que nem sempre dá para acompanhar tudo. Mas busco sempre saber o que esta acontecendo, me preparar. Faz parte do meu trabalho estar presente e participar das reuniões. A internet, para aqueles que têm acesso, é uma boa forma de comunicação, agiliza. As vezes também cansa o fórum. Tem uma coisa interessante que é a pauta da reunião. De acordo com a pauta me sinto mais ou menos obrigado a participar. Inclusive determinados assuntos gosto de falar, questionar, outros não. Temos que trabalhar para manter essa conquista”.*

O dom arcaico opera sobre a base da obrigação social, realidade que a modernidade não cessa de lembrar e da qual ela quer nos libertar. A obrigação do retribuir, neste caso, vai de encontro a essa ideia, pois ao retribuir, o que se está fazendo efetivamente é reforçar os laços. A retribuição, dentro deste trabalho apresenta uma dupla função. Em primeiro lugar, tem-se a retribuição tanto para a comunidade quanto para as organizações, das discussões realizadas durante as reuniões do conselho. Este foi um ponto mencionado por todos os entrevistados. As formas dessa retribuição são diversas, podendo ser reuniões formais, programas de rádio, avisos, entre outras formas. A segunda forma de retribuição são as consequências dos consensos obtidos durante as reuniões. Essa característica foi, também, percebida de maneira heterogênea por parte dos entrevistados. O (entrevistado 4.1) comentou da satisfação em chegar a uma comunidade e poder deixar (comprar dos produtores), quase um salário com a compra de frutos do cerrado. Para ele, esse é um retorno do projeto que eles desenvolvem com apoio do Mosaico. Outro comentário foi em relação à facilitação de trabalhos de combate a incêndio e caça.

Como relatado pelos entrevistados, existe a obrigação de repassar as informações e isto de fato acontece. Contudo, não existe uma forma sistematizada para essa retribuição. Essa característica não inviabiliza o círculo da Dádiva, mas havendo rotatividade de membros nas associações

(como deve acontecer), essa não formalização prejudica o desenvolvimento das atividades do conselho.

Na dimensão da Liberdade a ancoragem foi a Liberdade no contexto do controle social. Guimarães Rosa em seu romance, Grande Sertão-Veredas, definiu a amizade como —Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, de igual o igual, desarmado. Onde que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos os sacrifícios. Ou — amigo — é que a gente seja, mas sem precisar saber o porquê é que é (ROSA, 2001, p. 248). A liberdade dentro do retribuir assume a função de reforçar os vínculos, pois ao retornar à comunidade, mesmo tendo a liberdade para fazê-lo parcialmente, o sujeito reforça seus vínculos com ela. Como já exposto, não existe uma dinâmica própria para o retorno, mas essa liberdade de agir pode contribuir para que o sujeito sintasse à vontade com sua participação.

O Discurso do Sujeito Coletivo foi *“Veja bem, participar do conselho do mosaico eleva o status da associação, principalmente para aqueles que fazem partedela. Por isso temos que provocar, criar pautas que atendam os interesses de nossa comunidade, para haver um ganho. Os problemas que enfrentamos aqui, às vezes são os mesmos problemas que enfrentamos lá e por isso é importante termos liberdade para cobrar e sermos cobrados”*.

No que se refere ao Interesse, dimensão mais evidente da Dádiva, percebe-se pelas falas que *“Os conselheiros têm interesse no desenvolvimento do projeto, temos que incentivar a comercialização dos frutos do cerrado”* (Part.4) mas *“A (sic) dificuldade para manutenção das atividades do conselho por conta de diversos fatores, dentre elas tamanho da área, demandas do parque, reduzido efetivo* (Part.0).

A ancoragem foi o Retorno para a coletividade, sendo o DSC: *“Como sou o representante do grupo depois que participo das reuniões busco repassar para eles o que foi discutido, como foi discutido. Cada pessoa acaba se doando de um jeito. E isso tem gerado bons resultados para a região. Tem os projetos de Turismo de Base Comunitária, projeto para fortalecer as comunidades, de incentivar o extrativismo sustentável. Nosso território é muito grande, tem pessoas muito diferentes, barranqueiro, vazanteiro, fazendeiro, quilombola, tem muitas formas de pensar e tem que pensar como os resultados serão divididos por todos”*.

Godboutt (2002) afirma que a cultura moderna, em lugar de se preocupar primeiramente com o que nos liga, visa primeiro libertar-nos, emancipar-se dos laços sociais. O interesse na retribuição, em promover efetivamente mudanças na sociedade, é uma das preocupações dos conselheiros entrevistados. Essa mudança não é apenas o desenvolvimento econômico, pois como colocado por um entrevistado, —eu, por conta da minha formação, sou muito mais primeiro os animais e depois o homemll (entrevistado 1), sem que isso signifique que não exista preocupação com sociedade, mas apenas que, à luz de sua formação e atuação, a preservação ambiental deva ser a meta primeira das áreas protegidas.

Jafo (2006), por sua vez, expõe que o problema fundamental da política é a transformação da multidão em público. Um espaço de discussão, de práticas sociais e de desenvolvimento do gosto não se

constrói por si mesmo, mas supõe uma conversão dos afetos, das imaginações, toda uma cultura daquilo que, deixado a si mesmo, não é senão um furor fanático. Essa transformação da multidão em público supõe uma transformação da própria individualidade, uma cultura de si que torna possível um acordo com os outros. Nesse sentido, o interesse demonstrado pelos conselheiros em levar a reunião para a sua comunidade auxiliará no cumprimento dessa premissa. Como exposto por um conselheiro em conversa informal *deixa acontecer na minha comunidade e vocês vão ver a melhor reunião que esse conselho já teve*.

Por fim, o Desinteresse foi ancorado pela Valorização do coletivo. As expressões-chaves foram giravam em torno de: Nós não somos eles; Contribuímos muito para o desenvolvimento da região; Nosso interesse é no crescimento de todos.

Pode-se extrair o seguinte DSC: *“O conselho só tem valor na medida em que contribui para o crescimento da coletividade. Por isso é importante repassar as informações, tentarmos ver as opiniões dos outros, discutir. Nossa obrigação, enquanto conselheiros, é ajudar o grupo”*.

Apesar de ser um dos menores DSC, a fala da part. 15 é uma das mais emblemáticas para a Tese. O fato de não sermos eles, mas estarmos preocupados com eles (e conosco também) é uma das maiores provas de que a Dádiva circula nos conselhos. Como já exposto em outro momento, dar de si antes de si mesmo, valorizar o coletivo, preocupar-se com os outros e uma das pedras fundamentais da Dádiva.

A análise geral do retribuir provoca, em uma primeira visão, a sensação de que esse elemento é o de maior complexidade para compreensão e manifestação. Isso é parcialmente verdade. Para os entrevistados, o repasse e as retribuições acontecem, para algumas instituições, por meio de ações informais e para outras de forma burocrática, sendo repassado somente em reuniões. Por isso o quadro é de um posicionamento intermediário entre todas as categorias analisadas. Outro exemplo é a liberdade. Se existe a liberdade para participar existe também certa coação no sentido de obrigação para que essa participação traga resultados. Neste caso quando maior a retribuição, maior o vínculo. Como exemplo tem-se a ONG 15 cujos retornos se dão por meio de programas de rádios, eventos, oficinas, entre outros, sendo um referência para os moradores da cidade de Chapada Gaúcha.

O Discurso do Sujeito Coletivo no Retribuir ficou assim caracterizado: *“Nossa obrigação, enquanto conselheiros, é ajudar o grupo. Por isso é importante repassar as informações, tentarmos ver as opiniões dos outros, discutir. De acordo com a pauta me sinto mais ou menos obrigado a participar. Inclusive determinados assuntos gosto de falar, questionar, outros não. Temos que trabalhar para manter essa conquista. Os problemas que enfrentamos aqui, às vezes são os mesmos problemas que enfrentamos lá e por isso é importante termos liberdade para cobrar e sermos cobrados. Como sou o representante do grupo depois que participo das reuniões busco repassar para eles o que foi discutido, como foi discutido. Cada pessoa acaba se doando de um jeito”*.

Como evidenciado, o retribuir fecha (ou seria mais correto dizer que inicia?) a criação do vínculo e da troca de Dádivas. Será que se poderia falar que mesmo antes da retribuição já se teria a manifestação da Dádiva? Afinal, como demonstrado no referencial teórico, o círculo é Dar-Receber-Retribuir. À luz dessa tripla obrigação, como classificar a ação que se encerra no Dar, ou seja, aquela situação na qual somente seja possível identificar esse primeiro ato. Neste caso se poderia estar diante da Dádiva verdadeira, idealizada por Derrida (1973). Para este autor, a simples possibilidade de idealizar um retorno faz com que a Dádiva deixe de existir. Sendo assim, para ele Dádiva, nessas condições, não existe.

Apesar de ser refutada por outros teóricos, essa possibilidade de dar incondicional pode, também, ser compreendido como um primeiro passo para a criação do vínculo. Mas para que esse venha a ser criado entende-se ser necessário um retorno, que dependendo do momento em que for feito será caracterizado com uma ação de reciprocidade, troca ou dádiva.

Reforça-se aqui que a ação recíproca aproxima-se da troca de dádiva, pois pode criar vínculos, mas a primeira funda-se na expectativa de retorno e nesse sentido, a nosso ver, afasta-se do paradigma defendido. Considera-se, também, que no caso de uma ação cujo retorno seja imediato e de mesmo valor (mercantil e/ou simbólico) se está diante de uma simples troca e neste caso os vínculos formados, caso venham a ocorrer, serão mais frágeis ou usando a terminologia de Granovetter (1973), serão laços fracos. No que se refere a um retorno, de valor simbólico, distinto daquele recebido e retribuído em tempo e espaço, também, distinto do momento dado, pode-se vislumbrar a possibilidade da formação de laços mais fortes e, conseqüentemente, de vínculos entre os sujeitos.

No caso investigado os retornos são de diversos tipos, assim como os vínculos criados. Mas pode-se afirmar que existe o retorno que são os projetos aprovados pelo CCMVP, os recursos captados, as estratégias de combate a incêndio, entre outros. Os vínculos são, também, criados e fortalecidos, como companheirismo (as caronas para participar das reuniões), afetivos (entre dois representantes de ONG's), grupo de trabalho (entre empresas e ONG's que compõem o mosaico) entre outros. Dessa forma é possível vislumbrar, dentro dos parâmetros adotados, a existência da circulação de dádivas entre os membros do conselho e a criação e o fortalecimento dos vínculos.

Considerações Finais

A gestão compartilhada de Unidades de Conservação é uma estratégia empreendida em diversos países do mundo. Essa união de esforços é resultado, dentre outros fatores, do amadurecimento das democracias e expansão das capacidades humanas na condução de seu futuro. Dessa ótica, como defende Freitas (2009) a aprendizagem das virtudes cívicas exige uma espécie de democracia experimental no sentido de que a democracia está associada à ideia de um processo de construção e de reconstrução institucional.

Como toda nova experiência, a gestão do Mosaico, apesar de muitos aspectos positivos, poderá passar em breve por algumas transformações significativas no seu modelo de funcionamento. Essa mudança será fruto também do término do primeiro contrato com o FNMA e a eventual falta de recursos financeiros para manutenção das ações. Como identificado no trabalho de campo, os recursos que a FUNATURA obteve para consolidação do Mosaico são de extrema importância para a manutenção de sua atividade pois é ele quem permite viabilizar e suprir os custos de transporte, alimentação e hospedagem dos conselheiros, quando for o caso.

Em relação à manifestação da Dádiva, pode-se extrair das entrevistas realizadas e da análise das atas das reuniões do CCMVP que o conselho do Mosaico é um elemento de aproximação de indivíduos e que novos laços foram formados pela participação no grupo. No que se refere às categorias interesse, desinteresse, obrigação e liberdade infere-se que os membros possuem um interesse coletivo na ação do conselho, sentem-se comprometidos e portanto, obrigados a estarem presentes, ao mesmo tempo que têm liberdade para se manifestar. O desinteresse, no que se refere a abrir mão dos interesses individuais precisa ser melhor investigado.

A análise da dinâmica proposta para as reuniões aponta para algumas deficiências, sendo a principal delas a gestão do tempo das reuniões. Apesar das reuniões acontecerem em dois dias consecutivos, em todos os encontros os trabalhos extrapolaram o tempo previsto. Esse fato gera um desgaste físico dos participantes e conseqüentemente temas importantes são poucos debatidos. Limitar o tempo das discussões e seguir a pauta deve ser um dilema que outros conselhos devem enfrentar. A decisão de sacrificar o tempo em função do cumprimento da agenda é uma decisão que deve ser melhor debatida entre os membros do conselho.

Os projetos aprovados e desenvolvidos pelos parceiros do CCMVP poderão, no médio prazo, produzir significativas transformações sociais e econômicas na região. A implantação da Estrada-parque (400 km) viabilizará a implantação mais efetiva da atividade ecoturística na região, possibilitando uma real percepção de seus benefícios. O fortalecimento do Extrativismo e do Turismo de Base Local permitirá que os próprios moradores da região sejam beneficiados e respeitados em sua totalidade.

Por fim, os recursos empenhados para os projetos que foram aprovados pelo CCMVP e por ele fiscalizado, são altos. Foram disponibilizados aproximadamente 2,5 milhões de reais para as ações de Turismo Ecocultural e Extrativismo. Considerando que o conselho possui o papel similar ao de um avalista, infere-se que os mecanismos de controle exercido até o presente momento estão aquém do seu papel. Existem diversas formas de se realizar este controle. Contudo, neste caso específico, como forma de garantir um melhor controle dos recursos públicos obtidos via FNMA, será interessante que o próprio conselho desenvolva as estratégias de avaliação dos resultados obtidos com os projetos.

Referências bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições70, 1979. 229p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria MMA n° 128**, de 24 de abril de 2009.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- CAILLÉ, A. A dádiva das palavras: o que o dizer pretende dar. *In*: MARTINS, P.H. (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis RJ: Vozes, 2002. p.191-205
- Conselho Consultivo Mosaico Veredas Peruaçu. **Ata da 3ª reunião realizada no dia 30 de setembro de 2010**.
- Conselho Consultivo Mosaico Veredas Peruaçu. **Ata da 5ª reunião realizada no dia 07 de julho de 2011**.
- Conselho Consultivo Mosaico Veredas Peruaçu. **Ata da 7ª reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2011**.
- Conselho Consultivo Mosaico Veredas Peruaçu. **Ata da 8ª reunião realizada no dia 19 e 20 de abril de 2012**.
- COSTA, F.L.; CUNHA, A.P.G. Sete teses equívocas sobre a participação cidadã: O dilema da democracia direta no Brasil. **Organizações & Sociedade** - Salvador, v.17 - n.54, p. 543-553 - Julho/Setembro – 2010.
- FADINI, A.A.B; FERMINO, E.S.; HOEFEL, J.L.M.; SUAREZ, C.F.S. Políticas públicas e participação social: perspectivas de turismo sustentável em Vargem (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo** - São Paulo, v.3 - n.1, pp.91-108, 2010
- FORTUNATO, R.A.; SILVA, L.S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, pp.123-138, 2013.
- FUNATURA - **Fundação Pró-Natureza. Relatório de Cumprimento do Objeto Parcial** – RCO. Projeto Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.MMA/FNMA –106/2005. Brasília, DF, 2008.
- GODBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 39-52, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- Implementação do Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Brasil, DF, 2010.
- INSTITUTO ROSA E SERTÃO. Convite **Contratação de Consultores**. Chapada Gaúcha, MG. 2013

INSTITUTO ROSA E SERTÃO. **Projeto Arara Vermelha**: Das nascentes preservadas ao turismo de base comunitária – Guia de Pousos e Passeios no Sertão de Minas Gerais. Chapada Gaúcha, MG. 2012

KIMURA, A. Comportamento do mamoeiro baixinho de Santa Amalia, mutante natural de 'sunrise-solo', em ambiente protegido na região de Jaboticabal. 1997. 97 p. **Dissertação** (Mestrado em Genética e Melhoramento de Plantas) - Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 1997.

MARTINS, P.H. (org). **Limites da democracia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MAUSS, M. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Termo de Referência FNMA nº 01/2010**

NEIMAN, Z.; CARDOSO-LEITE, E.; PODADERA, D.S. Planejamento e implantação participativos de programas de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, pp.11-34, 2009.

OLIVEIRA, V.C.S.; PEREIRA, J.R.; OLIVEIRA, V.A.R. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 429-437, set. 2010.

PINHEIRO, M.R. **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas**. Brasília, DF, GTZ, 2010.

SANTOS, A.A.B. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação. **Tese** de Doutorado em Ciências Florestais, Publicação, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais 2Sem/08, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. 186 p.

SANTOS, E.M.; ADORNO, L.F.M.; MORAIS, P.B. Indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo como subsídio à implantação de Estrada – Parque no Jalapão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, pp.249-272, 2010..

SNUC, Lei nº 9985/00, (2000) **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília. 2000.

SORIANO, A.J.S. Estrada-parque: proposta para uma definição. **Tese** de Doutorado. Rio Claro, Unesp, 2006.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIZEU, F. Contribuições da sociologia da dívida aos estudos sobre organizações substantivas. **Organizações & Sociedade**, Brasília, v. 16, n. 50, p. 31-40, 2009.

Agradecimentos:

Os autores agradecem à FAPEMIG e aos membros do Conselho Consultivo Veredas-Peruaçu pelo apoio recebido.

Nota:

¹ Artigo inédito oriundo de Tese.

Rodrigo Burkowski: Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

E-mail: rodrigoburkowski@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0696724444875444>

Ana Alice Vilas Boas: Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

E-mail: ana.alice@dae.ufla.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5461876529687716>

Data de submissão: 05 de fevereiro de 2013

Data de recebimento de correções: 19 de março de 2014

Data do aceite: 27 de março de 2014

Avaliado anonimamente